

Sonhos e esperanças: a campanha política de 1950 no Rio Grande do Norte

Jailma Maria de Lima¹

Outro dia em movimentado comício no subúrbio diz-se que discursava um pretendente a cargo eletivo. A certa altura, fazendo demagogia grossa, teve a idéia de meter a mão no bolso, revirando o forro e exclamou:

- Por essas algibeiras jamais passou coisa mal ganha!

Um bêbado entre os circulantes que escutavam, aparteou prontamente:

- É que essa roupa é nova, compadre.

(PIRES, José. *Diário de Natal*, 23 set. 1950)

Essa narrativa feita por um jornalista do *Diário de Natal*, destaca um episódio que teria ocorrido na periferia de Natal, em uma das várias movimentações políticas vivenciadas pelos candidatos e pela população da cidade. Se o fato foi real ou não, não faz diferença para a reflexão que nos introduz nas “venturas e desventuras”² da campanha eleitoral de 1950. O arguto repórter via tais anedotas maliciosas como uma forma de reação/participação popular na política. Elas eram, para José Pires, anônimas, contudo, vivas e espirituosas, e se faziam presentes no cotidiano político de muitas cidades.

Em 3 de outubro de 1950, os eleitores tiveram um compromisso com a recente democracia: escolher representantes, em especial um novo presidente da República.³ Essa eleição foi a mais abrangente de todo o regime republicano brasileiro. Os únicos cargos excluídos dessa disputa eram os de prefeito e de vice-prefeito, para os quais ocorreria um pleito em 1952. É importante observar que, em 1950, foi instituído um novo Código Eleitoral, com algumas mudanças em relação ao de 1945. Gostaríamos de destacar a extinção do alistamento *ex-officio*⁴, além da ampliação das funções do juiz eleitoral, que regulamentava a atuação da Justiça Eleitoral nas pequenas localidades.

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutora em História pela UFF. Pesquisa financiada pela Capes.

² O termo foi inspirado na discussão sobre as relações entre o público e o privado na política brasileira ao longo do regime republicano (GOMES, 1998. p. 490.).

³ As eleições foram para os seguintes cargos: presidente e vice-presidente da República; governador e vice-governador; senador e suplente de senador; deputado federal; deputado estadual e vereador.

⁴ O alistamento *ex-officio* foi instituído pelo Código Eleitoral de 1945 e era realizado pelas repartições públicas, entidades autárquicas, para-estatais ou de economia mista, seções locais da Ordem dos Advogados (OAB) e Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura (CRE e CRA), que enviavam aos Tribunais Eleitorais a relação completa de seus funcionários, extranumerários e associados para os habilitarem eleitoralmente.

Ambas eram formas de coibir abusos e ampliar aspectos da legislação eleitoral. Desse modo, em 1950, o cidadão deveria requerer seu alistamento, que poderia ser realizado a partir de uma petição de qualificação que deveria ser assinada e entregue em postos de recolhimento, que funcionavam em diversos locais, inclusive em comitês partidários. Os postos encaminhavam as solicitações de registros ao TRE, responsável por analisar e deferir ou não as inscrições. Para o pleito, o eleitor deveria recolher as chapas, que poderiam ser impressas ou datilografadas, antecipadamente, e no dia da eleição, depositá-las nas urnas.⁵ O Código mantinha a possibilidade de o candidato concorrer em mais de um cargo eletivo, desde que pelo mesmo partido.

Nesse sentido, este trabalho analisa a propaganda política e a ação de candidatos e eleitores, nas eleições de 1950, no estado do Rio Grande do Norte, pautando-se por um tratamento que ressalta a dimensão do cotidiano da política. Naquele ano, as eleições no Rio Grande do Norte ganharam grande evidência, no nível nacional, em função da presença de João Café Filho como candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas. As indefinições quanto à aceitação de seu nome por Vargas e pelo PTB, além dos ataques que sofria pela LEC, foram aspectos relevantes daquela campanha, mas que fogem aos limites e objetivos deste texto.

Ocorreu, em 1950, uma efetiva ampliação do material de publicidade e propaganda utilizado pelos candidatos, bem como uma intensa mobilização da população. A imprensa, mais uma vez, ganhou destaque, em função da opção política, clara, que cada meio de comunicação fazia e da utilização deles para propaganda política. Em 1950, passou a circular mais um jornal no estado, *Tribuna do Norte*, ligado a UDN e fundado em março de 1950. Esse jornal foi o responsável pela propaganda udenista, a partir da sua fundação e reproduzia diversas charges e artigos publicados na *Tribuna da Imprensa*.

Os jornais inauguraram as chamadas enquetes jornalísticas para sondagem da opinião dos eleitores. A presença de bandas de músicas nos comícios e as vaquejadas promovidas para receber os candidatos, saudados com fogos, era uma demonstração da autêntica festa política em que se transformavam as campanhas eleitorais. Ainda não era tempo do marketing político profissional, mas diversos recursos imprimiram modificações nas campanhas, cada vez mais sofisticadas.

⁵ Encerrado o alistamento eleitoral. *Diário de Natal*, Natal, p. 1, 6 de agos. 1950.

Trata-se este de um trabalho de História Política em sua confluência com a Nova História Cultural. Nesse sentido, consideramos que os momentos de campanhas eleitorais são privilegiados para a explicitação de lutas e também para se acompanhar a formação de atores políticos. Neles são mobilizados diversos aspectos, como memórias de lugares e de lideranças políticas, valores e crenças; imagens e símbolos, que estão presentes na sociedade, podendo ser ativados de forma mais explícita. Assim, acordos, conciliações e cisões político-partidárias ganham maior visibilidade, evidenciando as formas de convencimento e/ou pressão para se obter o voto do eleitor. As festas e rituais políticos têm então uma contribuição significativa para a mobilização e, no caso do período abordado, tal aspecto foi explorado com ênfase pelos vários grupos políticos que estavam em disputas. (CEFAI, 2001; CHARTIER; 1989; CAPELATTO, 2000.).

Estratégias inovadoras de propaganda e práticas dos eleitores

Em função dos limites deste texto, não discorreremos sobre os vários conflitos e cisões político-partidárias que, em 1950, levaram à formação de novos partidos políticos e as composições partidárias no Rio Grande do Norte. Limitamo-nos a apresentar as alianças e as candidaturas ao governo estadual. De um lado formou-se, a *Aliança Democrática* (AD)⁶ que lançou Dix-Sept Rosado (ex-udenista e fundador do PR, em 1950) e Sívio Pedroza (PSD); enquanto a *União Popular* (UP)⁷ lançou Manoel Varela (ex- pessedista e fundador do PST, em 1950) e Francisco Duarte Filho (UDN).

Enquanto os rumos da campanha estadual eram definidos o mesmo ocorria com as eleições presidenciais. Tanto as definições das candidaturas à presidência, quanto às da vice-presidência passaram por intrincados processos de negociações, tornando, muitas vezes a disputa tensa e indefinida.

Em 1950, por um lado, a iniciativa da busca de um nome de consenso foi iniciativa do PSD, que, como partido majoritário no Congresso, entendia ser sua responsabilidade a liderança do processo eleitoral. No entanto, entre a fórmula Jobim⁸, a

⁶ A AD reuniu o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Social Progressista (PSP) e o recém-criado, Partido Republicano (PR), e obteve o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

⁷ A UP contava com o Partido Social Trabalhista (PST) e a União Democrática Nacional (UDN).

⁸ A “fórmula Jobim” foi proposta pelo governador do Rio Grande do Sul, Válter Jobim, e pregava que o candidato deveria ser escolhido após consulta a todos os partidos.

fórmula mineira⁹ e a escolha do candidato, muitas disputas, vetos e confrontos ocorreram dentro do PSD. As tentativas de entendimento foram frustradas e, na verdade, a “aceitação da fórmula mineira pelo PSD marca o fracasso da candidatura de união nacional.” (HIPÓLITO, 2005, p. 159).

De um lado, a candidatura de Getúlio Vargas se fortalecia e consolidava em várias frentes. Assim, o nome de Vargas ganhou força e o PTB passou a realizar entendimentos com o PSP. Em janeiro de 1950, Ademar de Barros retirou sua candidatura à presidência. A partir daí, os demais partidos foram se definindo. O PSD, em maio, indicou o nome do mineiro Cristiano Machado. Ele, porém, não conseguiu unir os pessedistas e Getúlio Vargas fez alianças, em vários estados, apoiando os pessedistas e recebendo o apoio destes. “O PSD, por seu turno, põe em prática a cristianização. O candidato é abandonado à própria sorte, e sua candidatura é praticamente esvaziada, uma vez que os mais expressivos líderes pessedistas aderiram a Getúlio Vargas.” (HIPÓLITO, 2005, p.161).

A UDN, apesar das divisões internas, lançou mais uma vez o nome do brigadeiro Eduardo Gomes para a presidência. O PRP, nova legenda dos integralistas, declarou apoio a esse candidato. O PSB também lançou um candidato à presidência: João Mangabeira. No entanto, essa candidatura não adquiriu popularidade.

Lançadas as candidaturas, os partidos partiram em busca do voto do eleitor, através dos chefes de partidos, de cabos eleitorais, mas também da intensificação da propaganda política. Com a volta do regime democrático, cada eleição se torna um aprendizado para o eleitor, para o político e para a Justiça Eleitoral. Em 1950, a campanha política foi muito intensa, com os concorrentes a presidente e a vice-presidente percorrendo todos os estados brasileiros.

Nas campanhas estaduais e municipais, as movimentações pelas cidades eram enormes. A UDN esforçava-se para tornar seu candidato a presidente mais popular. Contudo, até as matérias de recomendação de seu nome eram escritas com alto grau de formalidade, o que indicava as dificuldades encontradas. Um pequeno trecho do jornal udenista *Tribuna do Norte* é ilustrativo disso.

⁹ A “fórmula mineira”, proposta pelo deputado Benedito Valadares, pregava que o candidato deveria ser pessedista e mineiro e contava com vários nomes: Israel Pinheiro, Ovídio de Abreu, Bias Fortes e Carlos Luz.

O povo que tem seguido a vossa vida retilínea em seu rumo admirável de firme devoção patriótica. Vós o conquistásseis, desde as cordas mais sensíveis do seu coração, precisamente por essa devoção de todas as horas, devoção sem objetivos pessoais, sem ambições, sem promessas, nem desejos de recompensas. Não prometeis porque nada procurais. Não seduzis porque não desejais ver o vosso povo perder-se na irrealidade das ilusões. Não mistificais porque sois, pelo contrário, o primeiro e o mais bravo soldado desta luta que há cinco anos vêm travando as forças democráticas do país contra a escravidão da inconsciência a que a mistificação organizada durante quinze anos de mau governo conduziu grande parte dos brasileiros.¹⁰

Pilotando o avião em que viajava em campanha (o que já era um ponto a mais), Eduardo Gomes era acompanhado pelo seu vice, Odilon Braga, e por grande comitiva. No Rio Grande do Norte, houve comícios em Natal, Mossoró e Caicó. Esta cidade, reduto udenista, estava ornamentada com “dísticos, faixas e cartazes, além de um grande escudo da UDN.” No retorno de Caicó para Natal, a comitiva parou em diversas cidades, fazendo pequenos comícios.¹¹ Em Parelhas assistiu a uma missa celebrada por Monsenhor João da Matha, também udenista. Na capital, os candidatos da UDN passearam em carro aberto e realizaram comício na Praça Pio X (Centro da cidade) e na Praça Gentil Ferreira (Alecrim). Como ocorreu em vários lugares do país, Eduardo Gomes também ouviu e viu em Natal manifestações favoráveis ao seu principal opositor.

Naquele momento, os trabalhistas já empreendiam intensa propaganda sobre a visita de Vargas a Natal e a Mossoró, agendada para a semana imediatamente seguinte. Caminhões com alto-falantes percorriam os bairros,

[...] muros e paredes de prédios foram cobertos de boletins e cartazes com retratos do candidato. O programa “parabéns a você” na Rádio Poti [há três dias lhe dedicava] grande número das gravações. Calçadas da cidade amanheceram com a palavra ‘Getúlio’ pintada em enormes letras de modo a serem vistas do ar. Raros eram os ônibus e automóveis de praça que não traziam cartazes de “viva Getúlio”, gomados em carrocerias e pára-brisas.¹²

Quando da chegada de Vargas, o curso que percorreu diversas ruas de Natal era composto por vários automóveis, ônibus, caminhões e, em alguns momentos, também por carroças, motocicletas e bicicletas. Apesar da propaganda e do público, o jornalista que cobriu o passeio em carro aberto registrou que ele foi desorganizado, pois o

¹⁰ Tremulam lenços brancos sobre o céu de Natal. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 20 de agos. 1950.

¹¹ Passaram pelas seguintes cidades: Jardim do Seridó, Parelhas, Acari; Currais Novos, Santa Cruz, Bom Jesus e Macaíba. Desde ontem, em Mossoró, o Brigadeiro. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 4, 19 agos. 1950; Tremulam lenços brancos sobre o céu de Natal. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 20 de agos. 1950.

¹² Getúlio Vargas alvo de enorme manifestação popular. *Diário de Natal*, Natal, p. 1, 26 agos. 1950.

automóvel no qual Vargas se encontrava andou em disparada pelas ruas e poucas pessoas o viram. Muitas permaneceram nas calçadas, esperando, sem saber que o ex-presidente já havia passado. No comício que ocorreu na Praça Pio X, no improviso final, Vargas recomendou as várias candidaturas da AD.¹³ No entanto, o silêncio sobre o nome Café Filho foi total, apesar dos apelos do público, que gritava o nome dele. O candidato a vice-presidente, providencialmente, não estava em Natal, naquele momento.

Os udenistas preferiram analisar a ausência de manifestações contrárias ao petebista como resultantes da educação dos eleitores do brigadeiro. Assinalando as diferenças entre as visitas, afirmavam:

[...] na do Brigadeiro, assistiu o povo o deprimente espetáculo das provocações preparadas por getulistas e comunistas, provocações que, visando à perturbação das festas ao candidato democrático, não o conseguiram pela cordial tolerância do brigadeiristas norte-rio-grandenses. Na do Sr. Getúlio Vargas, verificou-se, por parte de seus adversários, o mais absoluto respeito, não se registrando um ato sequer, de hostilidade à sua pessoa, à sua comitiva, à sua causa.¹⁴

A popularidade de Vargas em Natal era enorme. À medida que a campanha empolgava, tentava-se desqualificar o eleitor. *A Tribuna do Norte*, por exemplo, publicava o que seria uma experiência que qualquer pessoa poderia fazer em uma roda de getulistas, perguntando:

– Você é eleitor?
– Não.
– E você?
– Também não.
– E você? – Ainda não. Raríssimos respondem sim.
Dez Getulistas, dois eleitores – a conta é essa em média.
E os não eleitores é que são getulistas convictos e conscientes. Pois, se o sincero getulista pensa como seu chefe: não acredita em democracia, nem em eleições, em Congresso, e se está certo que “voto não enche barriga”, por que diabo haveria de tornar-se eleitor?
Getulista sincero não é eleitor...¹⁵

O pessedista Cristiano Machado chegou a agendar uma viagem para o Rio Grande do Norte, porém, as alianças estabelecidas pelo PSD local impediram a organização até

¹³ Para governador e vice-governador Dix-Sept Rosado (PR) e Sílvio Pedroza (PSD) e para senador Kerginaldo Cavalcanti (PSP).

¹⁴ Duas atitudes. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 3, 26 agos. 1950.

¹⁵ Getulista sincero. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 2, 26 set. 1950.

de um simples comício. O partido estava coligado ao PSP de Café Filho e ao PR, ou seja, apoiava o PTB e seu candidato Getúlio Vargas.

Os candidatos a vice-presidente passaram a incluir Natal nos seus roteiros de viagem.¹⁶ Vale observar a presença do senador Vitorino Freire, fundador do PST e candidato a vice-presidente pelo mesmo partido, que causou uma celeuma entre situação e oposição, com ataques via imprensa. Vitorino Freire foi a Natal fazer propaganda do seu nome e do candidato a governador do estado, pelo PST, Manoel Varela. Os integrantes da AD não deixaram a visita ocorrer sem críticas, acusando o senador de imiscuir-se na política local. O *Jornal de Natal*, sem citar nomes, afirmava que o povo do Rio Grande do Norte não necessitava de políticos estranhos à terra, para resolver seus próprios problemas. “A nossa terra despreza os adventícios que aqui aportam para dominar o estado, como já dominaram, como intrusos à terra maranhense.”¹⁷

A *Tribuna do Norte* reclamava que “não eram representativos dos sentimentos do povo do RN as manifestações menos cordiais e sim as demonstrações de carinho e entusiasmo com que Vitorino foi recebido.”¹⁸ O lançamento da candidatura de Manoel Varela, do qual participou Vitorino Freire, aconteceu em meio a confrontos e indefinições dentro dos principais partidos: PSD e UDN. Mesmo sem o nome do vice, Manoel Varela iniciou sua propaganda.

As denúncias, de uso de recursos públicos para campanha dos candidatos via imprensa, também foram intensificadas. O progressista *Jornal de Natal* afirmava que a Federação do Comércio havia sido transformada em *bureau* eleitoral de Aluizio Alves, candidato a deputado federal, pela UDN.¹⁹ As notícias davam conta de que até a ambulância do SESC teria sido utilizada para a distribuição de chapas do deputado Aluizio Alves, “Remédios, receitas, empregos, serviços dentários, bolsas de estudos, etc. tudo funcionou de acordo com a máquina montada pelos políticos da UP.”²⁰ O

¹⁶ Os candidatos a vice-presidente que não passaram por Natal foram o pessebista Alípio Correia Neto e o republicano Altino Arantes.

¹⁷ *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 8 jul 1950.

¹⁸ Hospitalidade potiguar. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 3, 7 jul. 1950.

¹⁹ A federação era presidida pelos irmãos Militão e Raimundo Chaves, proprietários da firma R. Chaves & Cia, que dirigiam quase todos os órgãos de classe do estado. Militão Chaves era presidente do Sindicato de Comércio Atacadista, da Federação do Comércio, do Serviço Social do Comércio (SESC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Raimundo Chaves era presidente do Sindicato dos Representantes Comerciais e do Serviço Social da Indústria (SESI).

²⁰ As classes produtoras exigem eleições para a Fed. do Comércio. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 19 out. 1950.

SESC iniciava suas atividades assistenciais aos comerciários e, nesse sentido, concorria com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), presidida pelo pessedista Manoel Gurgel. Denúncias de ambas as coligações informavam que atendimentos médicos e compras de medicamentos eram realizadas com barganha política. No caso do SESC, as denúncias afirmavam que os remédios eram adquiridos em farmácias de parentes do presidente da entidade. A *Tribuna do Norte* respondia, em nome do SESC e dos irmãos Chaves, afirmando que os ataques feitos pelo *Jornal de Natal* eram incabíveis. A assistência prestada pela instituição não tinha caráter partidário e a compra dos medicamentos era realizada pelo chefe da clínica Pereira de Macedo, diretamente de laboratórios.²¹

A *Tribuna do Norte* partia para o ataque e denunciava que a LBA cometia uma série de irregularidades: desvios de recursos da instituição para fins eleitorais; demissões políticas; fornecimento de remédios a simpatizantes do PSD, PR e PSP. Denunciavam, ainda, que os médicos, Abelardo Calafange (PSP) e Dix-Huit (PR), concorrentes ao cargo de deputado, receitavam os medicamentos sem pertencerem, no entanto, aos quadros da entidade. A LBA negava o caráter político, de seus atendimentos, afirmando que possuía receitas de mais 30 médicos, inclusive “adversários”.²²

A despeito das disputas mais acirradas, em 1950, no Rio Grande do Norte, várias inovações foram incorporadas às propagandas partidárias. Dentre as primeiras estavam as consultas de opinião pública, realizadas pelos jornais, para aferir a preferência dos eleitores. Era comum, em cidades maiores, como em São Paulo, entre 1945 e 1950, que jornais e rádios divulgassem pesquisas resultantes de enquetes jornalísticas. Os meios de comunicação disputavam com políticos e líderes partidários a função de prever os resultados das eleições. O comprometimento entre jornais e profissionais de imprensa era, em grande parte, desconhecido pelo eleitorado mais amplo (BUSSETO, 2003, p. 2-3).²³

²¹ Ampla obra de assistência dos comerciários e suas famílias. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 6, 2 agos. 1950.

²² Uma resposta de desvios e silêncios. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 6, 5 agos. 1950.

²³ Busseto analisa as campanhas paulistas de 1953 e 1954, em São Paulo, a partir da atuação do IBOPE, um órgão então quase desconhecido nacionalmente e que disputava naquele momento a legitimidade do prever (2003, p. 2-3).

O *Diário de Natal* foi o primeiro a realizar, no mês de maio, uma enquete ouvindo trinta pessoas, no bairro do Alecrim, em Natal. Naquele momento, o quadro delineado mostrava Vargas liderando com dezessete votos, e o brigadeiro Eduardo Gomes, em segundo, com sete. Para o governo, os então candidatos Café Filho e Manoel Varela empatavam com dez votos cada.²⁴ Para o jornalista,

[...] sente-se que o povo está sem rumo e marcha de olhos fechados para os braços de Vargas, hipnotizado, num automatismo. E é raro o eleitor que nas suas manifestações quereristas, não associe naturalmente, o nome de Café Filho ao de Getúlio Vargas. São dois ídolos de quem as massas permanentemente abandonadas, vivendo num regime de constante pauperismo, esperam dias melhores, numa ingênua sofreguidão.²⁵

Apesar do número reduzido de pessoas consultadas, os resultados animaram os partidários do PSP, que resolveram seguir o exemplo do *Diário de Natal*. Desse modo, o *Jornal de Natal* também fez uma consulta popular intitulada “Quais são os candidatos do povo?”, divulgada em mais de 10 apurações. O jornal afirmava que a sondagem não definiria quais seriam os nomes que concorreriam às urnas, mas apenas lembraria aos responsáveis pelos destinos políticos da terra, quais eram os preferidos pelos eleitores. A divulgação da sondagem de opinião demonstrava uma preocupação com a credibilidade da pesquisa por parte da população. Nesse sentido, afirmava-se: “somos órgão de um partido que terá candidatos. Mas, para que essa consulta seja isenta de qualquer interferência estranha, admitimos em receber votos escritos que serão abertos e contados todas as segundas-feiras às 13h nesta redação.”²⁶

Porém, apesar da advertência, a segunda apuração foi antecipada para o sábado, sob o argumento de que haviam sido recebidos 81 votos. Nas primeiras apurações divulgadas, informaram-se o número de votantes, a data em que aconteceu a apuração e que se excluiriam, do resultado divulgado, os nomes dos candidatos que tivessem obtido poucos votos. À medida que as apurações passaram a ser quase diárias, as explicações sobre os critérios desaparecem e o resultado final, previsto, inicialmente, para 30 de junho, foi adiado. Houve coincidência, com o processo de negociação da aliança e Café

²⁴ Para deputado federal, Café Filho aparecia com dez votos, enquanto o segundo colocado, José Augusto, aparecia com três, o que dá uma idéia da liderança exercida pelo primeiro em Natal.

²⁵ Em quem votará o povo alecrinense? *Diário de Natal*, Natal, p. 1, segunda seção, 28 maio 1950.

²⁶ A previsão para a divulgação do resultado final era 30 de junho. Quais os candidatos do povo. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 3 jun. 1950.

Filho líder das pesquisas e proprietário do jornal promotor das pesquisas, não era mais o candidato ao governo do estado. O adiamento foi providencial para que o novo candidato escolhido pelo partido, até então, desconhecido em Natal, pudesse ultrapassar Café Filho nas pesquisas, o que ocorreu em poucos dias e até a divulgação do resultado final, a diferença entre os dois só aumentaria. O concorrente ao Senado pelo PSP, Kerginaldo Cavalcanti, liderou todas as pesquisas. A pesquisa demonstrava exatamente o que ocorria desde 1945: o PSP vencida todas as eleições em Natal.

É importante observar que a *Tribuna do Norte* lançou uma promoção intitulada “quem sou eu?”, financiada pela Sepan, uma grande loja de variedades (eletrodomésticos, máquina de escrever, arames, cata-ventos, material de construção, dentre outros) pertencente ao candidato a vereador udenista Felizardo Moura. O “Quem sou eu?” era um concurso para que o público identificasse fotografias de personalidades, nacionais ou locais, vivas ou mortas, históricas, políticas, religiosas, desportivas, e completasse frases elaboradas ou escolhidas pelos organizadores²⁷. O lançamento da promoção foi feito em grande estilo com um show de Zé Praxedi, um poeta sertanejo que fazia grande sucesso à época. O poeta era acompanhado por Francisco Ramos, na sanfona, e pela sambista Glorinha Oliveira, além de Isaltina Cavalcanti e Paulo Tito como artistas de palco.²⁸

Os prêmios eram em dinheiro, sendo sorteados, semanalmente. Uma vez ao mês ocorria um sorteio de um prêmio mais elevado, do qual poderiam participar pessoas que tivessem errado os nomes das personalidades. Aparentemente não relacionado à campanha política que se desenvolvia, o concurso, além de ser patrocinado por um candidato a vereador, apresentava, muitas vezes, imagens de políticos já falecidos, para serem identificados. Tais imagens, não por acaso, eram postas no jornal ao lado de fotografias com propaganda de udenistas e pissetistas que concorriam àquela eleição. A duração do concurso coincidiu com o período da campanha política. Próximo ao pleito, o jornal parou de publicar os cupons da promoção em várias edições, sob o argumento de que estava com problemas no fornecimento de papel. Retomaram a publicação dias

²⁷ As fotografias apresentadas foram de, dentre outros: Joaquim Nabuco, Barão do Rio Branco, Afonso Pena, Marechal Deodoro, Clementi Mariani e Luiz de Camões, General Osório, Regente Feijó, Marechal Floriano, princesa Margaret e Dom Pedro II, Princesa Elisabeth, Padre Antonio Vieira, Napoleão, Benjamin Constant.

²⁸ O “Quem sou eu?” *Tribuna do Norte*. Natal, p. 1, 13 agos. 1950.

depois da eleição e encerraram a promoção. Esta atraiu a atenção do público que se aglomerava em frente à loja para assistir aos sorteios.

Os comícios movimentavam e divertiam as pessoas nas cidades, pois contavam com bandas de música, churrascos em fazendas, ônibus e caminhões, que transportavam a população de lugares mais distantes. As “vaquejadas políticas” também eram organizadas para mobilização do eleitorado, além da chegada festiva e triunfal dos políticos nas cidades em carreatas, saudados com fogos. Assim, a população rural ou urbana passou a ocupar, com seus gestos, símbolos, ritmos e animação, o cenário das vilas e cidades, demonstrando desejos, manifestações de apoio ou ojeriza aos candidatos. Como escolher entre os inúmeros nomes? No Rio Grande do Norte, havia cerca de 1700 candidatos em disputa em seus 48 municípios. Assim, observa José Pires, repórter político do *Diário de Natal*: “[...] ao lado de gente naturalmente respeitável, uma fauna curiosa de matizes variados, ingenuíssimos uns, aventureiros outros, ou simplesmente ridículos alguns. A variedade significa, aliás democracia, a oportunidade, o direito igualmente abertos a todos.”²⁹

A utilização de material fotográfico e impresso nessa campanha foi intenso, com muitas fotografias sendo distribuídas e afixadas em alguns lugares públicos, além de ter havido a distribuição de material impresso, principalmente de chapas eleitorais e de panfletos políticos. Contudo, o material foi recebido de forma diversa pelo público. Para o jornalista da *Tribuna do Norte*, era pitoresco perceber a abundância propagandística dos candidatos, com diversos boletins colados nas paredes e as mais estranhas figuras conclamando os eleitores às urnas e lhes solicitando apoio. Concluía o jornalista:

[...] as pessoas de bom humor, que procuram sempre conservá-lo assim, não deixam jamais de ler boletins e os anúncios dos candidatos. Há os escritos em linguagem gongórica e os simples, os que obedecem rigorosamente às prescrições dos filólogos, e os que descambam para os solecismos mais absurdos. Por isso, todos são divertidos, e merecem ter sempre leitores. Ainda mais sendo a leitura gratuita, que somente exige a parada de alguns minutos em frente a uma parede.³⁰

²⁹ PIRES, José. Sonhos e visões na véspera de eleição. *Diário de Natal*, Natal, p. 4, 23 set. 1950.

³⁰ Candidatos. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 2, 15 jul. 1950.

Em alguns casos, foram feitos vários desenhos e pinturas sobrepostos às fotografias de candidatos afixadas em locais públicos. Para o jornalista José Pires, essa era uma forma de participação da população que estava, de forma espirituosa,

[...] assistindo tudo democraticamente de arquibancada, se divertindo. Esse é o sentido das locuções chistosas das bigodeiras luzitanas, mefistofélicas ou a mandarim destronada, escrito ou aplicados a lápis em tanto retrato de candidato pelas fachadas do prédio. Quem não teve ainda a digestão facilitada desopilando o fígado, vendo por exemplo, os cartazes pelas paredes da sorveteria Cruzeiro, adulterados mediante a justaposição de uma caraça de índia Xavante, ou de uma angustiada expressão fisionômica do Vampiro de Londres ao caminhar para forca ou simplesmente a carinha de uma bailarina dengosa qualquer, naquela hilariante galeria de retratos desfigurados?³¹

Esses dois observadores daquela campanha política apontam que há dois tipos de dispositivos principais, por parte dos candidatos e eleitores: os que tentam convencer/persuadir e os que resistem/aderem. Chartier afirma que, ao se pensarem aspectos da cultura popular, precisa-se considerar dois pólos:

[...] de um lado, os mecanismos da dominação simbólica, cujo objetivo é tornar aceitáveis, pelos próprios dominados, as representações e os modos de consumo que, precisamente, qualificam (ou antes desqualificam) sua cultura como inferior e ilegítima, e, de outro lado, as lógicas específicas em funcionamento nos usos e nos modos de apropriação do que é imposto. (1995, p. 186).

Para José Pires, existiam ainda os “eleitores práticos”, que recebiam as inúmeras cédulas distribuídas pelos candidatos, chegando inclusive a pedi-las, acenando com uma “votação cerrada”. Porém, a utilização dessas chapas ocorreria após as eleições, no caso, por exemplo, dos barbeiros, que as usariam para limpar o sabão da navalha ou de outras pessoas que os usavam como rascunhos “de ofícios ou notinhas de compras na mercearia da esquina”.³² Cita, ainda, o caso de pessoas que saíam afixando propaganda eleitoral pela cidade sem ter qualquer relação direta com o pleito ou com empresas de publicidade. No entanto, faziam o serviço de forma que os cartazes dificilmente poderiam ser rasgados ou arrancados. Tratava-se de pintores ou trabalhadores de casas de decorações, pois, para eles, “[...] um prédio de paredes lambusadas, cobertinha de cartazes eleitorais, será sempre uma possibilidade de contrato, depois do pleito, quando

³¹ PIRES, José. Sonhos e visões na véspera de eleição. *Diário de Natal*, Natal, p. 4, 23 set. 1950.

³² PIRES, José. Sonhos e visões na véspera de eleição. *Diário de Natal*, Natal, p. 4, 23 set. 1950.

o proprietário se vir obrigado a repintar a fachada.”³³ Dessa forma, não haveria motivos para preocupações, pois o povo saberia escolher, bem ou mal, os melhores nomes. “Eleição é vontade popular, tomada pela maioria de sufrágios. [...] quanto ao candidato hoje tão exuberante de esperança, terá sido, após o 03 de outubro, um simples ‘bilhete branco’”³⁴.

Nesse universo, como deveria o candidato convencer/persuadir o eleitor e ser o escolhido? Em meio a tantos nomes e artifícios da população, fazia-se necessário para o candidato atrair os eleitores, identificar-se com as tradições da população das diferentes regiões, a partir de algo que o aproximasse do político que poderia ser a proximidade física, o fato de serem da mesma região, no caso das eleições proporcionais. Mas, também, se fazia necessário desqualificar o opositor para diminuir suas possibilidades de êxito. De uma forma ou de outra, recorreu-se a representações históricas da religiosidade católica, do anticomunismo e do homem sertanejo.

É importante chamar a atenção para a variação de estratégias dos candidatos, que apelavam também para a burla. Assim, por exemplo, um desses aspectos era a confecção de chapas com nomes de vários candidatos a um mesmo cargo. A *Tribuna do Norte* afirmava que esse artifício havia sido utilizado pelo candidato a deputado federal Dioclécio Duarte (PSD), que mandara fazer chapas de vários tipos, como, por exemplo: tipo 1, Dioclécio, Café, Dix-Huit; tipo 2, Dioclécio, Theodorico, Calafange; tipo 3, Dioclécio, Valfredo, Arnaud. O objetivo era o de enganar o eleitor, pois, se ele quisesse votar em um dos outros candidatos que a chapa possuía, recebia a cédula com o nome dele sempre em primeiro lugar. O problema era que a lei eleitoral contava, apenas, o primeiro nome da chapa. O autor arrematava: “Não há dúvida de que é um processo inteligente. Mas, não deve agradar aos correligionários.”³⁵

A UP foi acusada de fazer diversas cédulas com o nome Dix-Neuf, uma forma de ludibriar o eleitor de Dix Sept e recorrer depois para anular seus votos. A Justiça Eleitoral acatou logo um pedido dos integrantes da AD, no sentido de considerar os votos com o nome Dix-Neuf, como sendo válidos para Dix-Sept Rosado. As diferentes combinações de alianças dificultavam, muitas vezes, a propaganda. Contudo, os

³³ Id. Ibid.

³⁴ Id. Ibid.

³⁵ *Instantâneos* ironizava os acordos. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 2, 9 set. 1950.

partidos encontravam formas de fazê-la. Veja-se, por exemplo, a propaganda política da AD publicada nos jornais. Em um mesmo espaço, afirmava-se que o PSP indicava os candidatos para governador e vice, senador e suplentes e a relação dos nomes a deputados federais dos três partidos. Logo abaixo, afirmava as indicações do PSD e do PR, para presidente e vice, Cristiano Machado e Altino Arantes, e a relação dos deputados estaduais. Na mesma página, publicava-se a propaganda política individual de Vargas, convocando o eleitor, “que não poderia ser o mesmo de 50 anos atrás, e não deveria votar de acordo com a ordem do ‘coronel’, do compadre ou do chefe político. O voto secreto era sua arma em defesa da democracia soberana”.³⁶

Na cidade de Mossoró, na região Oeste, as tentativas de identificações eram tradicionais. Na história da cidade, em um passado mais longínquo ou mais próximo, buscavam-se formas de heroísmo da população. Desde que ascenderam como grupo político em 1945, mas principalmente após 1948, quando Dix-Sept assumiu a prefeitura de Mossoró, os Rosado passaram a trabalhar “[...] com a idéia de que só estão na política para cumprir um chamamento, uma convocação de vozes e sujeitos do passado” (FELIPE, 2001, p. 10).

Em 1950, as construções imagéticas da história da cidade e da família Rosado faziam parte de um programa cultural para o município. Tal programa incluía o museu e a biblioteca municipais, além do Boletim Bibliográfico, proposta editorial que se voltava para pesquisas, contribuições de escritores locais e divulgação de documentos de arquivos, atas da câmara de vereadores, genealogias regionais, etnografia e folclore.

Posteriormente, esse boletim passou a ser denominado Coleção Mossoroense, que hoje existe com mais de dois mil títulos. Esses títulos “[...] determinam quais os fatos históricos que devem ser estudados, qual a memória que deve ser cultuada e preservada e quais os ancestrais que vão ser elevados à categoria de mitos e heróis.” (FELIPE, 2001, p. 10). Nesse sentido, como já afirmamos, alguns fatos foram destacados, como o motim das mulheres que impedia que seus maridos fossem convocados para a Guerra do Paraguai, o pioneirismo na abolição da escravidão, a vitória dos moradores da cidade sobre Lampião, evitando que ele conquistasse Mossoró em 1927, e o primeiro voto feminino no Brasil. Outros aspectos de bravura somam-se a esses, com a representação

³⁶ *Diário de Natal*, Natal, p. 6, 24 set.1950.

do sertanejo como forte, capaz de sobreviver às adversidades e de empreender mudanças nos rumos da história, já que era capaz de vencer até a seca.

Enquanto no âmbito estadual a disputa acirrava-se em vários níveis, a propaganda para o executivo federal ficava em segundo plano, seja pela incontestada liderança de Vargas naquele momento, seja porque, na maioria dos estados, o interesse nas disputas para os executivos estaduais se evidenciava como muito importantes.

...

[...]- Em quem você irá votar compadre. Indagou o cidadão.

- No doto Getúlio. Respondeu o eleitor.

- Mas, no Getúlio?

- Sim, no doto Getúlio.

- E para vereador, em quem.

O cidadão colocou a mão no queixo, olhou indeciso em redor e respondeu:

-Para vereador estou com vontade de votar nesse Cristiano Machado que o rádio fala.³⁷

É possível que o diálogo seja verdadeiro e muitas pessoas tenham confundido os cargos para os quais desejariam escolher seus candidatos. O que não seria exatamente um demérito, dada a experiência então recente com a democracia, por parte dos eleitores, e a abrangência daquele pleito, que incluía votação para nove cargos. O possível diálogo evidencia dois pontos relevantes: a decisão do eleitor em votar no ex-presidente Vargas, independentemente de outros concorrentes; e a importância da propaganda política, através do rádio, como um novo fato político.

Assim, 1950, se constituiu em um importante momento de participação popular, com demonstrações variadas da adesão ou rejeição do eleitor, que ocorreram ao mesmo tempo em que se ampliava a utilização de material de publicidade e propaganda. Assim, houve estratégias eficientes de campanha e processos de identificação com a população, que ocorreram de diferentes formas no interior e na capital do estado. Os jornais inauguraram as enquetes jornalísticas. Os programas de rádio transmitiam noticiários e entrevistas com políticos e comícios que ocorriam em diversos lugares do país, pois, pela primeira vez, comitivas de jornalistas passaram a acompanhar os candidatos à sucessão presidencial.

³⁷ Curiosidades do pleito. *Diário de Natal*. Natal, p. 5, 5 out. 1950.

REFERÊNCIAS

BUSSETO, Áureo. Pela legitimidade do prever: Ibope, imprensa e lideranças políticas nas eleições paulistas de 1953 e 1954. *Revista Estudos Históricos*. Dossiê: Mídia, n. 31, 2003. Disponível em www.cpdoc.fgv.br. Acesso em 20.06.2006.

CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1966.

CAPELATO, Maria Helena; DUTRA, Eliana Freitas. Representação política. o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro F.; MALERBA, Jurandir (orgs.). CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações. Contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000. p. 227- 267.

CEFAÏ, Daniel. Experience, culture e politique. In: CEFAÏ, Daniel. *Cultures politiques*. Paris: PUF, 2001, p. 93-116.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa, difel, 1989.

FERREIRA, Jorge. (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: 1996.

_____. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In; SCHWARCZ, Lilia. Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. vol 4. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

HIPÓLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Vargas e a gênese do sistema partidário. *Plenarium*. Ano II, n. 02 (Nov. 2005) – Brasília: Coordenação do Centro de Documentação e Informação, Câmara dos Deputados, 2005. p.156- 174.

KUSCHINIR, Karina e CARNEIRO, Leandro P. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. (org.) Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV. 1996.

FONTES

Jornal de Natal. 1950; *Diário de Natal*. 1950; *Tribuna do Norte*. 1950.